

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA SUPERINTENDÊNCIA
ESTADUAL DE LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA – SUPEL / RO.**

Pregão Eletrônico n. 146/2021

Processo n. 0015.374032/2020-31

TECHSCAN IMPORTADORA E SERVIÇOS EIRELI - EPP, pessoa jurídica de direito privado regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o n. 06.083.148/0001-13, com sede na Rua Doutor Pereira Batista, n. 61, Macuco, Santos, SP, Santos, SP, Cep. 11015-100, vem mui respeitosamente à presença de V. Sa. apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, pelos seguintes fatos e fundamentos.

I – TEMPESTIVIDADE

Primeiramente, não é demais consignar que a sessão do pregão está marcada para o dia **25/08/2021 (4ª Feira)**, às 10:00 horas da manhã (horário de Brasília).

E o Edital, em seu item 3.1, dispõe claramente sobre o prazo para apresentação de impugnação, o qual seja: 3 (três) dias úteis antes da data da sessão pública, exatamente nos termos do *artigo 24 do Decreto 10.024/2019*:

“Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos



anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado do data de recebimento da impugnação.

§ 2º A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

Seguindo a regra geral de contagem de prazos, disposta no *artigo 110 da Lei n. 8.666, de 1993*, exclui-se o dia do começo (25/08/2021) e retroagindo-se 3 dias úteis, inclui-se o termo final de vencimento (20/08/2021), conforme expressamente indicado no Edital.

Caso na data de vencimento do prazo final não haja expediente nesse I. Órgão, então a data de vencimento do prazo restará prorrogada para o dia útil subsequente com expediente.

Deste modo, tendo sido a presente impugnação, devidamente assinada pelo representante legal da empresa e apresentada até o dia **20.08.2021 (6ª feira)**, **deverá ser conhecida, posto que tempestiva.**

II - NECESSIDADE DE SUSPENSÃO DO PREGÃO

Tendo sido apresentada tempestivamente e firmada por representante legal da empresa, o conhecimento da presente impugnação culminará, seguramente, no **ACOLHIMENTO** da impugnação.

Deste modo, em atendimento ao comando **artigo 18 do Decreto 5.450, de 2005 c.c. §2º do artigo 24 do Decreto n. 10.024/2019**, espera-se pela resposta desse I. Órgão, com o sobrestamento da sessão pública designada para o dia 17/08/2021, publicação de novo instrumento convocatório e designação de nova data para realização do pregão eletrônico, observando-se o interregno mínimo

de 8 (oito) dias úteis entre a publicação do novo Edital e a data da sessão pública, nos exatos termos do artigo 25 do Decreto 10.024/2019

III – QUESTÕES A SEREM REVISTAS NO ATO CONVOCATÓRIO

III.1 – PREÇO MÁXIMO DE AQUISIÇÃO – NECESSIDADE DE MAJORAÇÃO

O edital, em sua capa de rosto, traz a seguinte informação:

VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO: R\$ 78.224,85

O valor total estimado para a aquisição de 45 (QUARENTA E CINCO) coletes de proteção balística, velados, NIVEL III-A, com 2 (DUAS) capas sobressalentes, ao custo máximo de **R\$ 1.738,33** por unidade mostra-se muito abaixo do atual preço de mercado.

Com o devido acatamento e respeito à pesquisa de mercado que certamente foi realizada, os preços estão por demais inferiores aos praticados durante os anos de 2020 / 2021 – considerando, notadamente, o valor do dólar para a época presente e a tabela de preços que são atualizadas todos os anos, pelos fabricantes desses equipamentos.

Ocorre que ao preço da cotação do dólar do dia de hoje, chega-se ao preço máximo aceitável de US\$ 281.13 (duzentos e oitenta e um dólares norte americanos e treze centavos):



Esse preço estimado não é condizente com o tipo de produto – de elevado custo de produção – que se pretende adquirir.

Para bem demonstrar essa situação, seguem alguns outros Editais publicados, para realização de manutenções semelhantes e com valores bem mais significativos. Senão vejamos:

- **Pregão Eletrônico n. 104/2019** – sessão de lances em 18/11/2019 – PM/MG:

3 DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto o registro de preços para aquisição do material descrito a seguir:

3.1 Colete balístico de fluutuabilidade positiva, nível III-A.

| LOTE UNICO | | ELEMENTO ITEM 3025 | | | | |
|------------|--------------------|--------------------|------|--|------------------------|------------------------|
| Item | Código do Material | Quant. | Tam. | Especificação técnica sucinta do objeto | Valor Unit. referência | Valor Total referência |
| 01 | 001724843 | 70 | G | Colete à prova de balas com fluutuabilidade positiva, para uso policial, nível IIIA, painéis balísticos, recobertos por invólucro em poliamida com ação hidro-repelente, sendo 100% impermeável, capa Externa confeccionada em Poliamida tipo Cordura, em conformidade com o anexo 3-J da NORMAM 05. Classes V, certificado e Homologação pelo Departamento de Portos e Costas da Marinha do Brasil. | R\$ 2.800,00 | R\$ 196.000,00 |
| 02 | 001724851 | 30 | GG | | R\$ 2.950,00 | R\$ 88.500,00 |
| Total | | | | | | R\$ 284.500,00 |



No recente pregão eletrônico n. 1/2021, realizado pela Câmara dos Deputados (UASG: 10001), com sessão pública realizada em 02/08/2021, no ambiente eletrônico do Comprasnet, pode-se verificar que o valor estimado para SOMENTE 1 CAPA, foi de R\$ 1.000,00 (um mil reais)

Item: 1 - Grupo 1

Descrição: Capa colete balístico

Descrição Complementar: ITEM 1 CAPA DE COMPRESSÃO PARA PAINEL BALÍSTICO FEMININO TAMANHO P MARCA DE REFERÊNCIA: Cia Miguel Caballero DESCRIÇÃO: Capa de compressão para uso velado/dissimulado sob a roupa, composição de 82 % poliamida e 17% de elastano, que possua a capacidade elástica para se manter sempre aderida ao corpo do usuário por pressão do próprio tecido; permita facilidade de movimentos ao tempo em que possua características de permeabilidade, respirabilidade e pouca retenção de calor; aberturas laterais, com fechos em zíper suaves ao contato com a pele do usuário e compartimentos internos destinados a acomodar os painéis balísticos. Internamente deverá possuir uma etiqueta de identificação com suas características e outras informações que, ao menos, indique fabricante, tamanho e data fabricação. COR(ES): 50% na cor branca e 50% na cor preta GARANTIA MÍNIMA: 2 (dois) anos a contar da data do recebimento definitivo ACONDICIONAMENTO: Embalagem individual com identificação de tamanho, cor e gênero.

Tratamento Diferenciado: -

Quantidade: 4

Valor Estimado: R\$ 4.000,0000

Intervalo mínimo entre lances: 0,50 %

Unidade de fornecimento: Unidade

Situação: Aceito e Habilitado

Item: 8 - Grupo 1

Descrição: Colete prova tiro

Descrição Complementar: Colete prova tiro, material: fibra, tipo uso: ostensivo, tamanho: pequeno, comprimento: 48 cm, largura: 86 a 96 cm, área proteção: 3.250 mm2

Tratamento Diferenciado: -

Quantidade: 1

Valor Estimado: R\$ 8.500,0000

Intervalo mínimo entre lances: 0,50 %

Unidade de fornecimento: Unidade

Situação: Aceito e Habilitado

Mas além das CAPAS, foram licitados os PAINÉIS BALÍSTICOS, para compor o “kit”. Mas os painéis balísticos tinham um preço estimado unitário de R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais).

Ou seja, um colete “completo (capa + painel)” totalizava um valor estimado de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais) por unidade.

A dissonância de valores não faz sentido e merece ajuste.

Deste modo, espera-se pela revisão dos preços estimados de contratação, para fixar-se o valor mínimo de **R\$ 10.500,00** (dez mil e quinhentos reais) por cada “kit” (1 painel balístico + 2 capas) que se pretende adquirir, com todas as especificações técnicas e qualidade necessárias ao integral atendimento do instrumento convocatório.



III.2 – EXIGÊNCIA DE RETEX, RAT, DO EXÉRCITO BRASILEIRO

O item 2.2.1. do Anexo I – Termo de Referência do Edital diz que o licitante deverá apresentar, em seu rol de documentos de habilitação:

0101.06 de 2008. Todos os modelos de coleta devem possuir RETEX (Relatório Técnico Experimental) em conformidade com os requisitos avaliados pelo Exército Brasileiro, RAT (Relatório de Avaliação Técnica) emitido por ele homologando o respectivo RETEX, bem como seu devido apostilamento. Garantia mínima: 5 (cinco) anos, contados da data do

Todavia, tais exigências causam o **DIRECIONAMENTO DO CERTAME** exclusivamente aos produtos produzidos nacionalmente, ou seja, alijam do certame os fabricantes estrangeiros.

Tal situação encontra vedação clara no artigo 3º da Lei n. 8.666/93:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;



II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamentos, mesmo quando envolvidos financiamentos de agências internacionais, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte e no [art. 3o da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991](#). (g.n.)

E para seguir o mesmo norte, seguem também as disposições dos artigos 15, parágrafo 7º, inciso I c.c. 25, inciso I, ambos da Lei n. 8.666, de 1993:

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

***§ 7o Nas compras deverão ser observadas, ainda:
I - a especificação completa do bem a ser adquirido sem indicação de marca;***

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

Tais exigências (RETEX e RAT) já foram, há tempos, levadas ao TCU – Tribunal de Contas da União, que entendeu que o próprio Ministério da Defesa não possuía aparelhamento apto e suficiente para realizar a avaliação de tais verificações (RETEX e RAT); chegando a anotar que tais exigências direcionavam os certames às fabricantes IMBRATERRESTRE e GLÁGIO:

Trata-se de Monitoramento autuado pela Secretaria de Controle Externo da Defesa



Nacional e da Segurança Pública – Secex/Defesa para examinar o cumprimento das determinações e recomendações contidas nos subitens 9.2 e 9.3 do Acórdão 2.712/2015 – Plenário (peça 1) e no subitem 1.8 do Acórdão 1.834/2016 – Plenário (peça 2) .

2. O Acórdão 2.712/2015 – Plenário, de 28/10/2015, foi proferido em Representação formulada por empresa licitante contra o Pregão Eletrônico 1/2014 do Comando Logístico do Exército Brasileiro – Colog, do tipo menor preço por item, que tinha por objeto o registro de preços para eventual aquisição de capacetes de combate, num período de doze meses, com orçamento estimado em R\$ 55.580.000,00 (TC 014.846/2014-4) . Muito embora a Representação tenha sido considerada improcedente, foram feitas as seguintes determinações e recomendações:

“9.2. determinar, nos termos do art. 250, II e III, do RITCU, ao Ministério da Defesa que, em conjunto com os Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, no prazo de 360 dias contados da ciência desta deliberação, apresente um plano de ação ao TCU com a descrição e a atualização de todos os procedimentos para a aquisição, pelas administrações militares, de materiais, produtos ou equipamentos controlados, no Brasil e no exterior, atentando, entre outras situações, para a necessidade de superação das seguintes inconsistências que, nos presentes autos, foram detectadas no procedimento de aquisição de capacetes de combate:

9.2.1. o fornecimento de capacetes para o Exército Brasileiro vem sendo dominado,



fundamentalmente, ao longo do tempo, por apenas duas empresas (Inbraterrestre e Glágio), de tal modo que a realização do correspondente pregão pode estar apresentando conotação meramente formal;

9.2.2. o prazo de validade, no ciclo de vida, do referido capacete é de 5 anos, sendo ele definido, contudo, pela própria empresa fornecedora e sem maior rigor técnico, de sorte que, assim, as empresas podem gerar o seu próprio nicho de negócios com inegável concentração de mercado, sabendo que, a cada quinquênio, os lotes deverão ser inteiramente trocados pelo Exército;

9.2.3. a suscitada falta de maior rigor técnico na definição do ciclo de vida do aludido capacete (estipulado em 5 anos pela própria empresa) pode resultar em incertezas sobre a segurança no emprego do equipamento, não havendo evidências técnicas, por exemplo, de que, com 4 anos, o capacete seja de fato razoavelmente seguro ou mesmo de que, com 6 anos, ele não possa mais ser razoavelmente seguro;

9.2.4. o referido capacete carece de indelével identificação quanto ao lote, ano de fabricação ou número de série, entre outros elementos de individualização, permitindo, inclusive, por exemplo, que, ao final do correspondente ciclo de vida (5 anos), o material já usado possa, de algum modo, ser recondicionado e vendido, como novo, no mercado, mostrando-se necessário, por exemplo, que o equipamento usado seja submetido a um efetivo plano de descarte ou de destruição;

9.2.5. algumas normas técnicas americanas vêm



sendo empregadas, apenas parcialmente, para a aferição do cumprimento dos requisitos técnicos no Retex, sem haver disciplina clara, em norma própria, sobre as especificações e peculiaridades que devem ser observadas no ambiente brasileiro;

9.3. recomendar ao Ministério da Defesa, em conjunto com os Comandos da Marinha, da Aeronáutica e do Exército, que no plano a que se refere o item 9.2 deste Acórdão, apresente, também, estudos que abordem a possibilidade de que esses materiais, produtos ou equipamentos sejam adquiridos mediante concorrência internacional, fundamentando, tão somente, se for o caso, a eventual impossibilidade da adoção desse tipo de concorrência, por razões de segurança nacional ou da sociedade.

9.4. determinar que a Segecex, em conjunto com a Selog e com a SecexDefesa, adote as providências necessárias para a apresentação ao TCU, ainda no 1º semestre de 2016, de relatório final de levantamento sobre todo o atual procedimento de aquisição, pelas administrações militares, de materiais, produtos ou equipamentos controlados, no Brasil e no exterior, demonstrando, entre outras questões, as semelhanças e as diferenças nos correspondentes procedimentos de aquisição adotados pelos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, determinando, nesse ponto, ainda, que a matriz de planejamento da referida fiscalização, com os correspondentes objetivos, seja apresentada ao Relator até o dia 1º de março de 2016;”

(...)

2.1.3.1.6 Quanto às incertezas sobre a segurança no emprego do capacete decorrentes da ausência de rigor técnico na definição do ciclo de vida do capacete (subitem 9.2.3 do Acórdão 2.712/2015-Plenário) , o Ministério da Defesa informou que o Exército [planeja] adequar os seus laboratórios para realizar testes balísticos em materiais envelhecidos artificialmente (com base na Norma National Institute of Justice Standard – 0106.01) para comprovar a adequabilidade do prazo de validade dos capacetes balísticos (peça 24, p. 2) .

[TCU. Plenário. Acórdão 1345/2017. Relatoria do Ministro Marcos Bemquerer. Processo n. 003.306/2017-8. Sessão 28/06/2017.]

Portanto, tem-se que até mesmo a jurisprudência pacífica do E. TCU veda a inclusão da exigência de RETEX e RAT, nos editais para aquisição de coletes balísticos, posto que somente as fabricantes brasileiras poderiam apresentar tal documentação

Vale esclarecer que o Exército Brasileiro autoriza a importação de outras marcas de coletes balísticos, de qualidade igual ou até mesmo superior às nacionais, mas para as estrangeiras, não é obrigatório a obtenção de RETEX e/ou RAT para sua comercialização – basta a apresentação do CR – Certificado de Registro no Exército Brasileiro.

Tal comprovação encontra arrimo no artigo 30 da Portaria n. 18 de 19/12/2006, do Departamento Logístico (Dlog) do Exército Brasileiro:



Art. 30. Ao participarem de licitações que envolvam produtos controlados pelo Exército, as pessoas jurídicas deverão apresentar o correspondente Título de Registro (TR) ou Certificado de Registro (CR), emitido pelo Exército, o ReTEEx do produto ofertado e a apostila do mesmo.

Com efeito, espera-se pela retificação do item 2.2.1 para exigir o RETEX e o RAT SOMENTE das licitantes que ofertarem produtos NACIONAIS; podendo, acaso o Estado de Rondônia entender por bem, exigir das licitantes que ofereçam produtos ESTRANGEIROS, SOMENTE O CR – CERTIFICADO DE REGISTRO, EMITIDO PELO EXÉRCITO BRASILEIRO, pois é o documento que demonstra que o colete balístico importado está autorizado a ser comercializado no Brasil.

Diante de todo o exposto, espera-se pela retificação do Edital para exigir as documentações do Exército Brasileiro¹ para os produtos fabricados no Brasil e, para os produtos fabricados no exterior, a apresentação, em substituição, do CR – Certificado de Registro, emitido pelo Exército Brasileiro, dentro do seu prazo de validade.

III.4.2. FECHAMENTO EM VELCRO X ZIPER

No que tange às especificações técnicas constantes no item 2.2.1:

o painel balístico; com sistema de fixação e ajuste ao corpo do usuário por meio de fita aderente tipo "velcro". Característica (s): - Deve possuir nível de

¹ RETEX – Relatório Técnico Experimental, RAT – Relatório de Avaliação Técnica, Certificado de Registro ou Título de Registro e Apostilamento dos vários modelos de coletes balísticos.

Com efeito, o fechamento por VELCRO e tanta especificação dos tamanho das tiras de fixação exigidos DIRECIONA O CERTAME para somente 1 (um) fabricante.

É imperioso que as especificações técnicas não limitem – além do necessário – fabricantes de elevada credibilidade.

Ora, impor tamanha limitação seria o mesmo que dizer que quem vencerá o Pregão n. 146/2021 será somente 1 determinanda fabricante nacional, causando barreira injusta e altamente prejudicial à **LIVRE CONCORRENCIA**.

A “ventilada” exigência em voga, se interpretada de forma a exigir somente FECHAMENTO POR VELCRO, restringirá, drasticamente, a ampla participação das empresas na presente concorrência, tornando-a **VICIADA**.

A aceitação de coletes balísticos com FECHAMENTO POR ZIPER não caracterizará nenhum tipo de desequilíbrio entre os interesses da Administração Pública e a preservação da competitividade.

Destaca-se, ainda, que a EXCLUSÃO DE REQUISITOS TÉCNICOS MUITO ESPECÍFICOS E QUE FRUSTAM A COMPETITIVIDADE DO CERTAME, encontra arrimo no artigo 3º, §1º, I da Lei 8.666, de 1993:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade



com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1o É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5o a 12 deste artigo e no [art. 3o da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991](#); (G.N.)

Na mesma seara, o E. TCU – Tribunal de Contas da União expediu o verbete n. 270/2012, o qual prevê o PRINCÍPIO DA PADRONIZAÇÃO:

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

I - atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas. (G.N.)

E para ilidir qualquer controvérsia que ainda possa pairar sobre a PLENA

ACEITABILIDADE DOS COLETES BALÍSTICOS COM FECHAMENTO EM ZIPÉR segue o entendimento da jurisprudência pátria:

“ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. HABITAÇÃO. VINCULAÇÃO AO EDITAL. MANDADO DE SEGURANÇA.

1. A interpretação das regras do edital de procedimento licitatório não deve ser restritiva. Desde que não possibilitem qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, é de todo conveniente que compareça à disputa o maior número possível de interessados, para que a proposta mais vantajosa seja encontrada em um universo mais amplo.

2. O ordenamento jurídico regulador da licitação não prestigia decisão assumida pela Comissão de Licitação que inabilita concorrente com base em circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, fazendo exigência sem conteúdo de repercussão para a configuração de habilitação jurídica, da qualificação técnica, da capacidade econômico-financeira e da regularidade fiscal.

3. Se o edital exige que a prova da habilitação jurídica da empresa deve ser feita, apenas, com a apresentação do "ato constitutivo e suas alterações, devidamente registrada ou arquivadas na repartição competente, constando dentre seus objetivos a exclusão de serviços de Radiodifusão...", excessiva e sem fundamento



legal a inabilidade de concorrente sob a simples afirmação de que cláusulas do 2º contrato social não se harmonizam com o valor total do capital social e com o correspondente balanço de abertura, por tal entendimento ser vago e impreciso.

4. Configura-se excesso de exigência, especialmente por a tanto não pedir o edital, inabilitar concorrente porque os administradores da licitante não assinaram em conjunto com a dos contadores o balanço da empresa.

5. Segurança concedida.” [STJ. 1ª Seção. Mandado de Segurança. N. 5.779/DF. Relatoria do Ministro José Delgado. Julgado em 09/09/1998. DJ 26/10/1998. P. 5]

“RECURSO ESPECIAL - ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO PÚBLICA - SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - EDITAL - ART. 30, II, DA LEI N. 8.666/93 - EXIGÊNCIA DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA LÍCITA - ART. 57, II, DA LEI N. 8.666/93 - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORMA CONTÍNUA - PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO - DURAÇÃO DO CONTRATO FIXADA AB INITIO EM 60 MESES - ILEGALIDADE - RECURSO ESPECIAL PROVIDO EM PARTE.

É certo que não pode a Administração, em nenhuma hipótese, fazer exigências que frustrem



o caráter competitivo do certame, mas sim garantir ampla participação na disputa licitatória, possibilitando o maior número possível de concorrentes, desde que tenham qualificação técnica e econômica para garantir o cumprimento das obrigações.

Destarte, inexiste violação ao princípio da igualdade entre as partes se os requisitos do edital, quanto à capacidade técnica, são compatíveis com o objeto da concorrência.

"O prequestionamento diz com a adoção de tese pelo voto condutor e não com o conteúdo do "voto vencido". Se a posição majoritária foi explicitada em voto, com considerações genéricas, carecedoras de objetividade, e ainda, sem indicação dos dispositivos legais pertinentes, os embargos de declaração deveriam ter sido opostos (Súmulas n. 282 e 356-STF e 98-STJ)" (REsp 182.370/AC, Rel. Min. Felix Fischer, DJ de 18.12.1998).

Apesar dos § § 2º e 3º do artigo 31 da Lei de Licitações disporem que a Administração, na execução de serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de patrimônio líquido mínimo que não exceda a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na hipótese dos autos essa exigência é ilegal, pois o valor do patrimônio líquido mínimo previsto no edital foi calculado com base na prestação do serviço pelo período inicial de 60 (sessenta) meses, contrariamente ao que dispõe o artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

Recurso especial provido em parte.” [STJ. 2ª Turma. Recurso Especial n. 474.781/DF. Relatoria do Ministro Franciulli Netto. Julgado em 08/04/2003/ DJ 12/05/2003. P. 297.]

Além disso, o fechamento lateral “em velcro” exclui a possibilidade de utilização de fechamento por zíper – muito mais discreto.

Note que o objetivo desta aquisição é colete DISSIMULADO, ou seja, algo mais discreto e leve, para ser utilizado sob a roupa.

Tem-se também a questão dos dois painéis: frontal e dorsal fazem a junção nas laterais, formando assim a proteção lateral MAIS EFICIENTE – mais um direcionamento, pois os coletes balísticos mais discretos e leves utilizam junções diferentes, mas com a mesma proteção, visando adequar o nível de proteção às necessidades do usuário.

Portanto, o colete balístico com fechamento em zíper (ao invés do velcro) permite:

- a) Maior discrição
- b) Maior conformo ao usuário
- c) Maior segurança

Deste modo, espera-se a retificação do instrumento convocatório para admitir fechamento por outros meios (não somente velcro), notadamente, fechamento por ZÍPER.

IV - DOS PEDIDOS

A – Conhecer da impugnação, posto que tempestiva e apresentada na forma exigida no ato convocatório.

B - Determinar, de pronto, a suspensão do pregão designado para o dia 25/08/2021, visando garantir que todos os licitantes tenham tempo hábil e legalmente estatuído de preparar suas propostas. Com posterior republicação do ato convocatório retificado, conforme se espera, garantindo-se a antecedência mínima de 8 (oito) dias úteis.

C – Determinar a revisão no instrumento convocatório, dos itens supra destacados.

D – Promova a intimação dos interessados, notadamente da Impugnante, quanto à decisão sobre a presente impugnação, em tempo hábil à formulação das propostas.

Termos em que.

Pede deferimento.

Santos, 20 de agosto de 2021.

MARCIO RUTIGLIANO BICUDO DE LIMA AZEVEDO
REPRESENTANTE LEGAL

06.083.148/0001-13
TECHSCAN IMPORTADORA
E SERVIÇOS EIRELI - EPP
RUA DOUTOR BATISTA PEREIRA, 161
MACUCO - CEP: 11.015-100
SANTOS - SP



supel comissão <supel.kappa@gmail.com>

PE 146/2021 - impugnação ao edital

2 mensagens

fernanda@techscan.com.br <fernanda@techscan.com.br>
Para: supel.kappa@gmail.com
Cc: comercial@techscan.com.br, licitacao <licitacao@techscan.com.br>

20 de agosto de 2021 16:06

Prezados Senhores,

Boa tarde.

Ref.: PE/146

Objeto: 45 coletes balísticos velados III A / NIJ 0101.06

Servimo-nos do presente para, respeitosamente, encaminhar impugnação ao edital, conforme segue.

At.te.

**DEPARTAMENTO**
LICITAÇÃO

licitacao@techscan.com.br
(Telefone) +55 (13) 3025-2820 / (13) 4009-9040
(Mobile) +55 (13) 99166-2001
www.TECHSCAN.com.br

**PE146.2021.IMPUGNAÇÃO.pdf**
815K

supel comissão <supel.kappa@gmail.com>
Para: fernanda@techscan.com.br

23 de agosto de 2021 09:50

Bom dia!

Sr. licitante, atestamos o recebimento do seu pedido, que será encaminhado a Unidade requisitante, para providências cabíveis.

Att.
Equipe KAPPA/SUPEL
[Texto das mensagens anteriores oculto]

EQUIPE KAPPA/SUPEL/RO

Complexo Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos - 2º Andar
Porto Velho, Rondônia.

(69) 3212-9267